

AS PREFEITAS PARAIBANAS DE 2013 A 2016¹

Glória Rabay²
Maria Eulina Pessoa de Carvalho³
Lucimeiry Batista da Silva⁴

Resumo: No Nordeste o número de prefeitas eleitas tem sido maior que a média nacional desde 1966. Nas eleições de 2012 não foi diferente e na Paraíba o número de mulheres eleitas para o executivo municipal superou a média nordestina: 49 mulheres conquistaram a prefeitura, atingindo 22% dos municípios, atualmente o maior percentual de prefeitas no país. Eva Blay, no livro *As prefeitas* (1978), descreve três tipos de prefeitas no Brasil: a “prefeita coronel”; a “prefeita esposa”; e a “prefeita por iniciativa própria”, aquela mulher que por suas próprias convicções e liderança construiu capital político suficiente para se eleger. Nossos estudos mostram que esses tipos têm sofrido mutações, quase não se encontrando mais a “prefeita coronel” e não sendo fácil enquadrar as atuais prefeitas em apenas três tipos fixos. O texto busca responder às seguintes questões: Quem são as prefeitas na Paraíba? Quais as características socioeconômicas e demográficas dos municípios que as elegem? A quais partidos se filiam? Quais suas relações de parentesco com a liderança política local? Qual o papel da família na sua carreira política? Que dificuldades ou facilidades encontraram na campanha e na gestão? Que políticas públicas voltadas para as mulheres promovem ou planejam promover?

Palavras-chave: Mulheres na política. Prefeitas paraibanas. Políticas públicas.

Introdução

Em 2012, completaram 80 anos que as mulheres brasileiras conquistaram formalmente o direito ao voto. No entanto, ainda não alcançaram uma significativa representação nos cargos políticos, apesar de ter se elegido uma mulher como Presidenta. As mulheres chegam, quando muito, no âmbito do poder municipal, a pouco mais que 15% dos eleitos. O espaço no campo da política ainda não foi plenamente conquistado e é evidente a baixa representatividade feminina em todas as instâncias político-eleitorais.

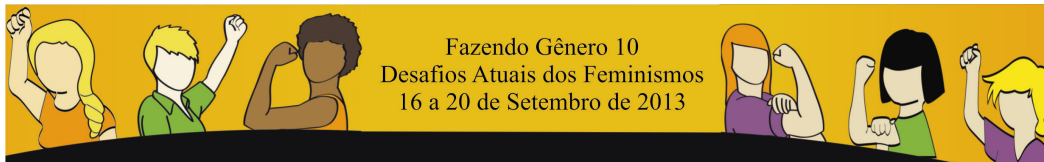
Mesmo a ascensão do Movimento Feminista no Brasil, a partir da década de 1970, – que fez incorporarmuitas das suas bandeiras nas plataformas político-partidárias e influenciou na criação de

¹ Pesquisa com apoio do CNPq/SPM-PR/MDA.

² Doutora em Ciências Sociais. Professora do Departamento de Comunicação e Turismo/UFPB. Integrante do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero - Nipam/UFPB. João Pessoa. Brasil.

³ Doutora em Educação. Professora do Departamento de Habilitações Pedagógicas/UFPB. Integrante do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero - Nipam/UFPB. João Pessoa. Brasil.

⁴ Mestra em Administração. Professora do Departamento de Administração/UFPB. Integrante do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero - Nipam/UFPB. João Pessoa. Brasil.



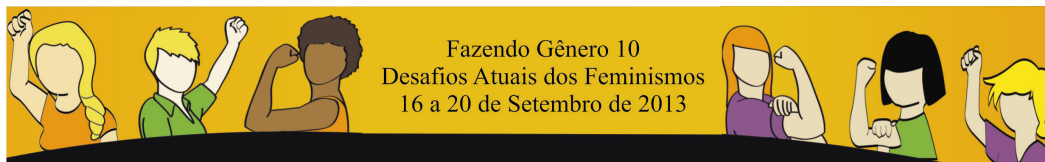
espaços de debate e visibilidade dentro dos partidos, através dos departamentos femininos ou coordenações de mulheres, – não se refletiu em aumento significativo das mulheres nas estruturas partidárias e muito menos nas chapas ou listas de eleitos, embora seja evidente que o quadro tem se modificado com a adoção de políticas que visaram ampliar a presença dos grupos subalternos, sobretudo das mulheres, nas esferas representativas.

Já que o sexo biológico se apresenta como uma variável dicotômica e inequívoca, sem ambiguidades, eliminando as polêmicas sobre as fronteiras do grupo a ser beneficiado (como acontece com raça, cor, classe ou renda). As medidas mais importantes envolveram a adoção de cotas eleitorais, implicando a reserva de um determinado contingente de candidaturas femininas (MIGUEL; QUEIROZ, 2006, p.364).

Por diversos motivos, o poder local tem sido pensado como um espaço privilegiado da participação feminina no campo político. A proximidade do *lôcus* de atuação política (a prefeitura) do lar, permitindo a conciliação entre as obrigações políticas e as obrigações familiares, a percepção de que a edilidade demanda ações próximas às necessidades reprodutivas relacionadas à saúde, educação, limpeza urbana, e o questionamento corrente a respeito de uma dependência feminina em relação à família e aos esquemas político-familiares, são elementos que podem contribuir para uma percepção sobre a cidade como um espaço que demanda cuidados femininos, especialmente quando se trata das pequenas cidades do interior.

... é do ser feminino, de ser mulher, tentar conciliar a questão familiar, as responsabilidades de casa e as responsabilidades da prefeitura. Se eu consigo fazer um orçamento da minha feira mensal, eu vou conseguir fazer um planejamento orçamentário da prefeitura. Muda só as proporções financeiras. Mas se a mulher consegue cuidar dos seus filhos, ela consegue botar uma creche para funcionar, só que em maior proporção (P em entrevista para a equipe, 2013).

Eva Blay, no livro “As prefeitas” (1978), descreve três tipos de prefeitas no Brasil: O primeiro, a “prefeita coronel” refere-se àquela mulher que assume o cargo como uma incumbência delegada pela família politicamente poderosa, que investe em manter o poder dentro do “clã”: O segundo é a “prefeita esposa” casada com um político que por algum motivo está impedido de ser candidato - esse tipo foi comum inclusive entre os partidos de esquerda durante a ditadura quando um político era cassado, as esposas “herdavam” o capital eleitoral podendo, em algumas circunstâncias, assumir as responsabilidades com a edilidade apenas formalmente. O último tipo pensado por Blay é a “prefeita por iniciativa própria”, aquela mulher que por suas próprias convicções e liderança construiu capital político suficiente para se eleger.



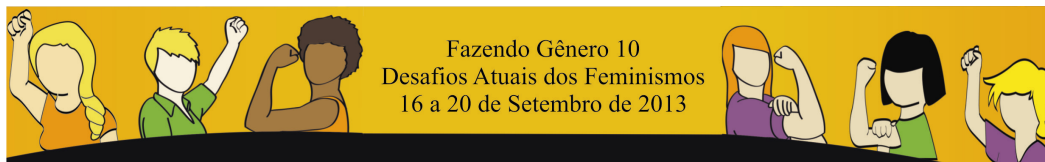
Estudos mais recentes (BARBOSA; CAVALCANTI, 2010, p. 14) realizados na Bahia, mostram que esses tipos têm sofrido mutações, quase não se encontrando mais a “prefeita coronel” e não sendo fácil enquadrar as atuais prefeitas em apenas três tipos fixos.

Neste trabalho, através de dados do TSE e de quatro entrevistas em profundidade com prefeitas eleitas na Paraíba, em 2012, procuramos mostrar: Quem são as prefeitas na Paraíba? Quais as características socioeconômicas e demográficas dos municípios que as elegem? A quais partidos se filiam? Quais suas relações de parentesco com a liderança política local? Qual o papel da família na sua carreira política? Que dificuldades ou facilidades encontraram na campanha e na gestão? Que políticas públicas voltadas para as mulheres promovem ou planejam promover?

A participação das mulheres no poder municipal—dados empíricos

A primeira mulher a se eleger prefeita no Brasil foi Alzira Soriano, em 1928, na cidade de Lages, no estado do Rio Grande. A conquista de Alzira Soriano permaneceu um fato isolado até que, em 1958, Aldamira Guedes foi eleita prefeita de Quixeramobim, no Ceará, tendo sido a primeira mulher a se eleger no Brasil pelo voto direto, já que a eleição de Alzira Soriano foi indireta por um colegiado de delegados. Na Paraíba, a primeira mulher a conquistar o cargo de prefeita foi Dulce Barbosa, na década de 1960, no município de Queimadas. O número total de prefeitas no Brasil não passava de duas dúzias até a década de 1970, quando o número de candidatas ao cargo de prefeitas começou a aumentar.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, no período 1993-1996, existiam 171 prefeitas no país, ou seja, somente 3,43% no universo de 4.972 municípios brasileiros. No período 1997-2000, já havia 302 prefeitas, isto é, 5,48% no universo de 5.203 municípios. Nas eleições de 2000, o número de prefeitas eleitas no país teve um pequeno acréscimo: subiu para 318, em um universo de 5.527 municípios, equivalendo a 5,69% do total. Em 2004, continuou aumentando, tendo sido eleitas 418 mulheres, o que representava 7,52% das prefeituras brasileiras. Em 2008, o número de prefeitas atingiu 505, perfazendo 9,8 % do total de prefeituras do país (Quadro 1) (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 25). Nas eleições de 2012 o percentual de mulheres eleitas para as prefeituras em todo país chegou a 12,1% do total, o que significa 664 municípios governados por mulheres, sendo que destes apenas uma capital (Boa Vista) elegeu uma mulher.



QUADRO 1

Prefeitas eleitas em âmbito municipal no Brasil, no Nordeste e na Paraíba. 1993-2016

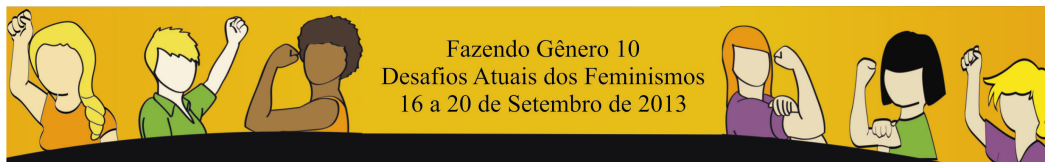
Prefeitas Eleitas	Prefeitas		
	Brasil	Nordeste	Paraíba
1993-1996	171 (3,43%)	92(5,9%)	14(8,18%)
1997-2000	304(5,48%)	154(8,6%)	13(5,82%)
2001-2004	318(5,69%)	147(8,23%)	17(7,62%)
2005-2008	418(7,52%)	196(10,9%)	27(12,11%)
2009-2012	505(9,8%)	230(12,83%)	36(16,2%)
2013-2016	670 (12,1%)	289 (16%)	49 (22%)

Fontes: TSE/Brasil (on line); Projeto Mulher e Democracia (on line); Cfemea (on line).

No Nordeste, vale lembrar, o número de prefeitas eleitas é maior que a média nacional. Em 1966, as nordestinas representavam 81,25% das prefeitas brasileiras; e as paraibanas 12,5% das nordestinas.

No período 1993-1996, as prefeitas nordestinas perfaziam 5,9% dos dirigentes municipais da região; e no período 1997-2000 atingiam 8,6%. Nas eleições de 2000, contrariando a expectativa gerada pela política de cotas, o número de prefeitas eleitas estabilizou-se em 8,2%. Por outro lado, nas eleições de 2004, houve uma melhora nesse índice: foram eleitas 196 mulheres para o executivo municipal, o que representou 10,9% das prefeituras da Região Nordeste. Em 2008, 230 mulheres foram eleitas para o executivo municipal, representando 12,8% do total de prefeitos da região. Esse percentual subiu novamente em 2012, quando se elegeram 289 mulheres, representando 16% dos 1.792 municípios nordestinos.

Na Paraíba, no período 1997-2000 houve uma redução da presença feminina nas prefeituras paraibanas, que passou de 8,2%, no período 1993-1996, para 5,82%, por causa da criação de novos municípios, mas também diminuindo o número absoluto de prefeitas de 14 para 13. Entretanto, em 2000, o número absoluto de prefeitas eleitas aumentou para 17, muito embora, em termos percentuais (7,62%), tenha se mantido abaixo do índice de 1993. Nas eleições de 2004, foram eleitas 27 mulheres para as prefeituras no interior da Paraíba, alcançando-se, em relação ao total de municípios, o índice de 12,1%. Em 2008, continuou crescendo o número de paraibanas que conquistaram o poder executivo municipal, passando para 36 prefeitas e representando 16,2% do total de eleitos no estado (RABAY; CARVALHO. 2010 p. 28).



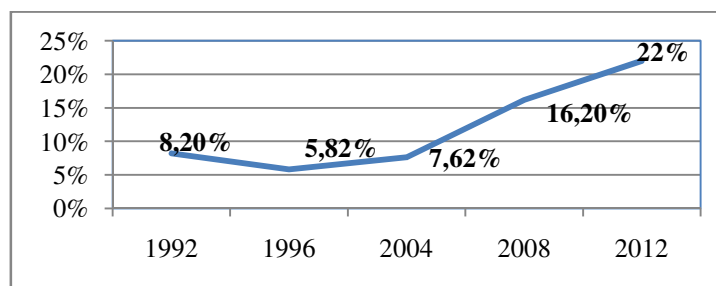
Sem dúvida, a partir dos anos 1990, houve uma maior participação das mulheres na política, notadamente em âmbito municipal. Contudo, a militância pela conquista de votos e a efetivação de candidaturas femininas enfrentaram grandes obstáculos. Em especial, a resistência das estruturas e da cultura político-partidária se destaca nas capitais, que raramente conseguem eleger uma prefeita e nem um número significativo de vereadoras por legislatura.

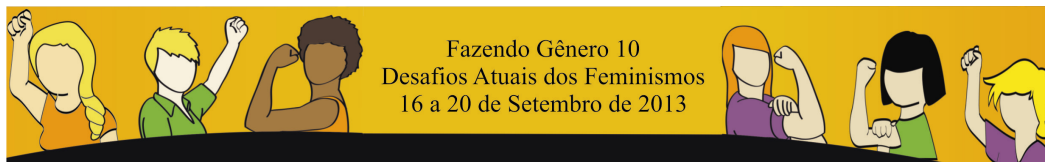
Se, no âmbito do parlamento, o número de mulheres é insignificante, quando se trata do executivo, o quadro se mostra ainda mais excludente. Em João Pessoa, uma mulher se elegeu vice-prefeita: Emília Augusta Lins Freire (PDT), nas eleições de 1992. E, em Campina Grande, a segunda maior cidade do estado da Paraíba, Cozete Barboza, eleita vice-prefeita no ano 2000, assumiu a prefeitura em 2002, em virtude de o prefeito ter sido eleito governador do estado naquele ano. Nas eleições de 2004, 2008 e 2012 a situação não se modificou, pois as 27, 36 e 49 prefeitas eleitas, respectivamente, ainda que representem avanço, administram cidades de pequeno porte. A maior cidade paraibana a eleger uma mulher para o executivo municipal na última eleição foi Patos com 100.674 habitantes, seguida por Cajazeiras com 58.446 e Pombal com 32.110 habitantes, todas do Sertão.

A dificuldade das capitais das maiores cidades em eleger mulheres, seja para o parlamento seja para o executivo, corrobora a tese de que a taxa de sucesso de qualquer candidato é inversamente proporcional à competitividade do processo eleitoral (MIGUEL; QUEIROZ, 2006, p.368). Ou seja, o fato de ter uma proporção maior de mulheres eleitas no interior do que na capital deve-se ao fato de nas capitais, assim como nas cidades de médio e grande porte, as eleições serem mais disputadas, criando mais dificuldades e envolvendo maiores somas de recursos financeiros, sociais e políticos.

Em 2012, 120 mulheres disputaram as prefeituras paraibanas, correspondendo a 20,7% do total de 579 candidaturas, nas 223 cidades paraibanas. Foram eleitas 49 mulheres, representando eleitas e representam 22% do total de municípios do estado.

Gráfico 1 - Evolução da eleição de mulheres para prefeituras na PB 1992-2012





Em termos absolutos, o número de mulheres eleitas na Paraíba é inferior a Minas Gerais, São Paulo e Bahia, respectivamente com 71, 67 e 64 prefeitas. Entretanto, em termos relativos ao número de municípios, foi a Paraíba o estado brasileiro que mais elegeu mulheres para as prefeituras. Enquanto Minas Gerais possui apenas 8,3% dos municípios governados por mulheres, São Paulo 10,3% e Bahia 15,6%, a Paraíba, como já foi dito, elegeu mulheres para a prefeitura de 22% do total dos municípios.

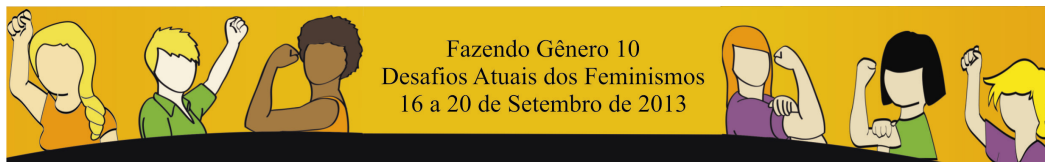
Verificando o percentual de sucesso eleitoral feminino a partir do tamanho populacional das cidades paraibanas, não foram observadas diferenças significativas. Neste sentido, tanto nas dez maiores cidades, como nas dez menores cidades do estado, apenas dois municípios elegeram uma mulher para o executivo municipal. Foi considerada uma populacional variante entre 1.256 e 723.514 habitantes das cidades de Parari, a menor do estado, e João Pessoa, a maior, respectivamente.

No entanto, verifica-se que nas dez maiores cidades que elegeram mulheres, 14 mulheres disputaram o cargo contra 31 homens, um percentual de 45,1%, acima da média de candidaturas femininas, podendo indicar que um maior número de candidatas pode sim significar um maior número de eleitas.

O partido que, no estado, mais indicou mulheres para o cargo majoritário foi o PMDB, com 25 candidatas e 17 eleitas; o PSB lançou 19 candidaturas femininas das quais seis se elegeram; o DEM indicou 13 mulheres e teve êxito em cinco indicações; o PSDB lançou 10 mulheres para concorrer à prefeitura e elegeu seis. Todos os outros partidos lançaram menos de 10 mulheres. Ressaltamos que, em 2012, de um modo geral, as coligações atenderam a Lei 12.034, de 2009, que estabelece que "cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo".

No que se refere ao grau de instrução, 62% das prefeitas eleitas possuem o Ensino Superior Completo, 21% o Ensino Médio, 11% o Ensino Fundamental Completo, e 6% das prefeitas eleitas têm apenas o Ensino Fundamental Incompleto.

Quanto ao estado civil, 55% das prefeitas paraibanas eram casadas por ocasião das eleições de 2012, 11% eram divorciadas, 11% viúvas e 23% solteiras. Quanto à faixa etária, 40% das prefeitas eleitas na Paraíba nasceram até 1960, ou seja, tinham 52 ou mais anos de idade no ano da eleição, 26% tinham entre 51 e 42 anos de idade, 26% entre 41 e 32 anos e 9% tinham entre 31 e 28 anos.



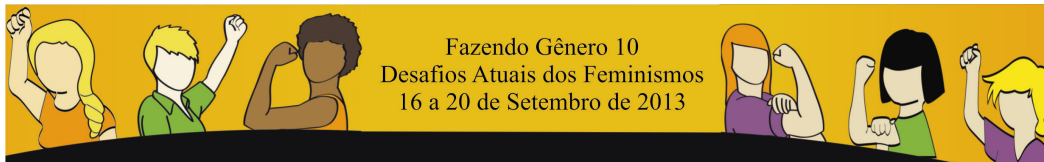
Quanto à ocupação, no período de inscrição da candidatura, 23% das prefeitas já exerciam cargos políticos eleitorais (sendo que 19% eram prefeitas, uma era deputada estadual e uma era vereadora), 9% eram donas de casa, 21% servidoras públicas, 21% profissionais liberais, e, ainda, 26% das prefeitas eleitas exerciam outras atividades, sendo que uma era agricultora e duas professoras do ensino fundamental.

Transformações nos perfis das mulheres prefeitas

Assim como a maioria dos políticos brasileiros, as mulheres guardam relações de parentesco com lideranças políticas locais, sendo que a maioria é ou foi casada com político local e exerceu, em algum momento, o papel de primeira dama do município. Entre as quatro entrevistadas apenas uma não foi casada com o ex-prefeito da cidade que agora governa. No entanto, relutamos em enquadrá-las em categorias fixas como “prefeita esposa”, “prefeita por iniciativa própria” ao mesmo tempo em que reconhecemos características de uma e de outra categoria, simultaneamente, nas falas de cada uma.

Por exemplo, a prefeita P de uma cidade do Sertão paraibano, ainda não tinha 30 anos quando ficou viúva do então prefeito da cidade na metade do mandato. Dois anos depois, com um filho de quatro anos, se candidata por um partido de esquerda, do qual já era militante com seu esposo, e vence as eleições numa campanha descrita como emocionante e empolgante. Se não se pode deixar de perceber que as circunstâncias da candidatura foram “reforçadas” pela tragédia que provocou a morte precoce do esposo, a trajetória de militância, desde a juventude, em movimentos estudantis, sociais e políticos de P, somada ao fato de que seu finado esposo não era um “coronel” do sertão, não permite atribuir-lhe a pecha de “prefeita coronel”, pelo contrário a trajetória de P a encaixaria muito mais como uma “prefeita de iniciativa própria”.

Da mesma forma, a prefeita F herdou do esposo, falecido repentinamente no auge da carreira política há mais de vinte anos, poder político para elegê-la, na ocasião, para um cargo parlamentar. Passado tanto tempo e tendo construído uma carreira de vitórias políticas eleitorais, não há como afirmar que F não seja uma “prefeita por iniciativa própria”, embora as características “da prefeita coronel”, especialmente aquela que se refere ao “investimento” em manter o poder dentro do “clã”, descrita por Blay (1978), estejam fortemente presentes e F tenha recentemente



influído na vitória de seu neto para a Câmara Federal, na ocasião o mais jovem parlamentar até então eleito para o cargo, no Brasil.

Entre as entrevistadas todas já tinham alguma experiência política antes de candidatar-se à prefeitura: o papel de primeira dama, aliado ao de assessora do político ou mesmo de secretária de alguma pasta, na maioria das vezes, serviu de “treinamento” para a fala pública, para a ocupação do espaço público e dos palanques, bem como para a própria gestão, as articulações eleitorais e o “corpo a corpo” com o eleitorado. Assim, as mulheres eleitas em 2012 entrevistadas declararam não terem temido os microfones ou palanques por já terem experiência, embora ainda se refiram a um “friozinho e treme, treme”, na hora de enfrentar o palanque e as multidões.

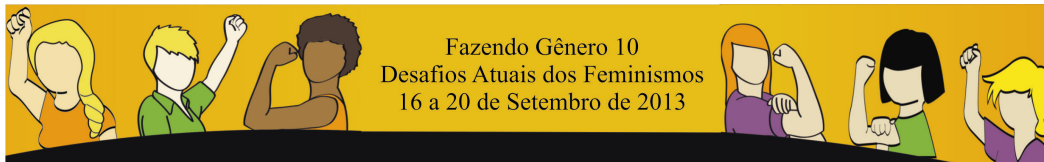
Como Secretária eu fui muito atuante, sempre tive um vínculo muito grande com a população. [...] Então eu já tinha esse vínculo. Eu chegava na casa do povo era uma alegria. (MM. Entrevista à equipe de pesquisa, 2013)

Apesar de a maioria ter algum vínculo com políticos influentes em suas regiões e já possuir certa experiência política, boa parte delas relata dificuldades durante a campanha e medo de serem atacadas em suas vidas privadas. P em seu depoimento ressalta que a condição de mulher viúva, a fez viver uma campanha mais difícil.

Eu não tinha pai, eu não tinha irmão e não tinha marido. ... E isso é muito ruim porque os adversários começam a querer se projetar, dizendo que a mulher não consegue, começa a querer disputar força braçal e dizer que vai acontecer qualquer coisa com você, ameaçar sua família, ameaçar seus filhos... começa a proferir palavras de baixo calão para desestabilizar. É muito ruim disputar eleição sem a figura masculina do lado nessa sociedade machista no sertão da Paraíba. (P. Entrevista à equipe de pesquisa, 2013)

Todas as prefeitas entrevistadas possuem quase 50% de seu secretariado formado por mulheres, embora isso nem sempre represente, conscientemente, uma proposição de empoderamento da mulher. Existe um sentimento, expresso pela prefeita M de que “a mulher tem mais esse jogo de integração uma com as outras”, facilitando a construção de projetos políticos. Apesar disso, ressaltamos que a maioria das prefeitas na Paraíba ainda não atentou para a importância da proposição de políticas públicas voltadas para as mulheres. Nenhuma das prefeitas entrevistadas instalou organismos de políticas para mulheres em seus municípios embora duas delas realizem projetos voltados para as mulheres e todas costumem celebrar datas como o dia 8 de março.

A compreensão do que sejam as relações de gênero não tem sido facilmente incorporada pelo diferentes agentes sociais. Também as prefeitas costumam reforçar certos estereótipos



femininos como sensibilidade e um “jeitinho feminino”, que nunca é bem definido. Segundo P “a mulher já tem essa sensibilidade que já vem da natureza”.

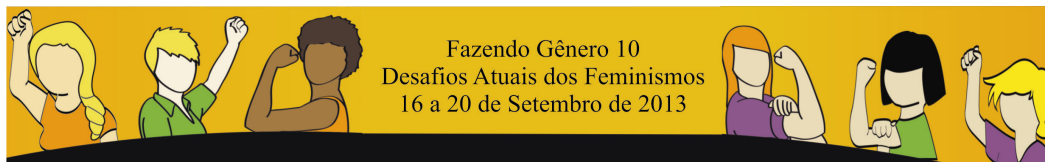
A utilização dos chamados “atributos femininos” no campo político tem adquirido aspectos mutáveis. Pode significar barreiras, mas também pode, dependendo da situação, significar capacidade e interesse de quem os utiliza, agregar sentidos positivos, valorizando uma candidatura e compondo parte do capital simbólico de uma personalidade pública. Segundo M, “o fato de ser mulher facilita esse contato com o povo, seja com homem ou mulher”.

Além disso, a apresentação das mulheres no espaço público, através dos “atributos femininos”, não é, atualmente, a única forma, já que é comum nas auto definições, tanto das entrevistadas quanto na literatura (BARREIRA, 2008) aparecerem características tipicamente tidas como masculinas: coragem, competência, tino administrativo.

Atualmente a presença da mulher nos espaços públicos traz outros significados, que, por vezes, podem parecer excludentes, mas têm sido utilizados como valores complementares na construção de identidades políticas estratégicas das mulheres. O papel privado de boa mãe e esposa não é mais, necessariamente, oposto à competência administrativa ou ao compromisso com a coisa pública. Pelo contrário, tem sido, muitas vezes, apresentado como prova testemunhal da experiência, da capacidade administrativa e de empatia para com os problemas sociais (BARREIRA, 2008, p. 70).

A forma como se organizam os processos eleitorais no modelo das democracias representativas vigentes, onde se costuma investir grandes somas, não só de capital simbólico, mas, sobretudo, de capital monetário, limita ou mesmo impede que um indivíduo, seja homem ou mulher, sem estar acostado a uma família ou a um grupo político e economicamente poderoso, faça carreira política. Diante deste quadro, é compreensível que o ingresso de mulheres na política ocorra através da família que tem essa tradição política, do mesmo modo que o “herdeiro” varão o faz.

Mas não seria apenas através do capital político/financeiro/cultural da família que as mulheres têm conseguido maior espaço no campo político. Ainda que incipiente quantitativamente, porém algumas mulheres têm tido disposição e condições de construir uma trajetória social, privilegiando a carreira política, capitalizando poder pessoal suficiente para adquirir inegável capital político e se impor no campo, sem o apoio de uma família poderosa ou sendo ela mesma a “poderosa”, capaz de legar capital político aos seus familiares.



Entrar no campo político sem uma herança familiar “é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que permitem tempo livre e supõem certo capital cultural” (BOURDIEU, 2004, p.191). Ou seja, requer uma inserção social ou um papel público de grande visibilidade e reconhecimento social, capaz de conquistar confiança de um grupo político do qual possa retirar força e prestígio.

Quando se trata de mulheres na política, pode-se dizer – mesmo a respeito das “herdeiras”, aquelas mulheres que entraram na política através do capital político herdado da família – que apenas as que conseguiram sair do âmbito privado tradicional e se notabilizaram no espaço público, exercendo uma ocupação, ou papel importante, tiveram a oportunidade de acumular capital político próprio e participar da esfera pública. Isso nos leva a vislumbrar a possibilidade de mudança na composição do campo político e nos *habitus* femininos tradicionais, em direção a um processo de autonomização. Uma vez que, como não se pode ser autônomo no isolamento, ao estabelecer relações no espaço público, as mulheres, como todo sujeito, assim como Castoriadis propõe, “podem refletir sobre si mesmas, as razões de seus pensamentos e motivos de seus atos”, escapando da servidão da repetição e deixando de ser apenas produto da instituição que as formou (CASTORIADIS, 1992, p.140-141).

Referências

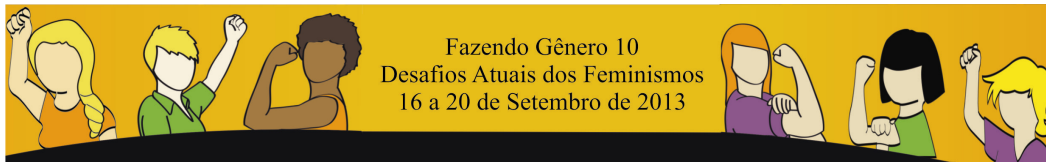
BARBOSA, Claudia de Faria; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. *Um olhar sobre a trajetória das prefeitas baianas: entraves e avanços*. Paper apresentado no Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010. Florianópolis. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277462300_ARQUIVO_Fazendo_Genero.pdf>. Acesso em 06 de jun. de 2013.

BARREIRA, Irllys, *Lideranças femininas no Congresso Nacional: performances, valores e habitus*. Trabalho apresentado no XXX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/ Grupo de Trabalho 11 – Mídia, política e Opinião Pública. Caxambu - MG. 24 a 28 de outubro de 2006

BLAY, Eva. *As prefeitas*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado*; tradução Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(2): 363-385, maio-agosto/2006

RABAY, Glória. *Mulheres na Política e Autonomia*. Tese de Doutorado defendida no PPGCS-UFRN. Área de concentração: Cultura e Representações. Orientadora: Norma Takeuti. Natal. 2008

_____; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. *Mulheres e Política na Paraíba: histórias de vida e luta*. João Pessoa: Editora Universitária, 2010.

Female Mayors in Paraíba 2013-2016

In Northeastern Brazil the number of female mayors has been above the national average since 1966. The same happened in the 2012 elections, and in the state of Paraíba the number of female mayors surpassed the regional average: 49 women were elected for municipal government, reaching 22% of the state's municipalities, the highest percentage in the country. Eva Blay, in the book *The female mayors* (1978), describes three types of female mayors in Brazil: "the colonel"; "the wife"; and the one "by her own initiative", the woman who (based on her own convictions and leadership) built enough political capital to win the election. Our research shows that such types have changed; the colonel is seldom found, and it is not easy to fit the current mayors within only three fixed types. This paper aims to answer the following questions: Who are the female mayors in Paraíba? What are the socioeconomic and demographic characteristics of the municipalities in which they were elected? To which parties are they affiliated? Which family relationships do they have with local political leaders? What is the role of the family in their political careers? What difficulties or facilities have they faced in the electoral campaign and in office? Which women policies do they promote or intend to promote?

Keywords: Women in politics. Female Mayors in Paraíba. Public Policies.